

Instituto Socioambiental

fonte: O ESP

class.: 45

data: 8/3/95

pg.: A2

RODRIGO LARA MESQUITA

Não podemos brincar com a Amazônia

Nunca o mundo se inquietou tanto pelo futuro da Amazônia. Não é necessário recorrer à coibiça internacional ou a nenhuma outra conspiração ambientalista-internacionalista para entender este interesse: há anos o Brasil não apresenta nenhum projeto global para a região; apesar de todos os problemas existentes. Ninguém sabe o que pretendemos na Amazônia. Estamos mudos. Diante deste vazão, todos os receios são válidos e, pior, eles se

juntam — mesmo quando contraditórios — contra o Brasil. O governo Fernando Henrique tem a chance de superar este impasse, mas tempo e oportunismo trabalham contra o País.

Como conciliar desenvolvimento e preservação na Amazônia? Existem locais que admitem mineração, agricultura, desmatamento, áreas indígenas, reservas extrativistas, etc. Existem outros onde estas atividades ou situações territoriais são impensáveis. O meio ambiente e a História não as suportam nem as suportam. O ordenamento territorial é o processo para estabelecer os melhores locais para cada atividade e as condições de seu exercício sem que isso comprometa o equilíbrio ecológico regional nem o desenvolvimento econômico e social. O ordenamento territorial na Amazônia pode ser um dos resultados históricos do governo Fernando Henrique. Desde que ele se proponha a fazer neste setor o mesmo que está fazendo com a economia: mostrar exaustivamente os desarranjos de um sistema viciado por anos de fechamento à economia mundial e por um protecionismo burro, que trouxe mais concentração de capital e mais privilégios à elite econômica.



A ausência de ação clara e transparente é a pior das opções

Em relação à Amazônia, temos uma vantagem: o processo econômico lá ocorreu numa velocidade mais lenta, criando um sistema econômico menos complexo. Se o Brasil estabelecer como meta iniciar um processo de ordenamento territorial, cujo primeiro passo é o zoneamento ecológico-econômico, poderá estabelecer uma espécie de plano diretor, como num município. O zoneamento permite a análise da ocupação existente, suas tendências, seus problemas. Ele

ajuda a pensar o futuro a longo prazo e busca orientar a presença humana na região. O zoneamento está previsto e com verbas desde 1989. São muitos recursos: os orçamentários, os do próprio Banco Mundial ou geridos por ele, como o Programa Piloto para a Conservação das Florestas Tropicais do G-7... recursos tão cobiçados.

Durante os governos Collor e Itamar, o zoneamento foi coordenado na SAE por uma equipe que nunca conseguiu expor um exemplo de zoneamento à opinião pública nacional ou aos setores da sociedade civil que conhecem esta ferramenta e sabem o quanto ela poderá impedir novos desarranjos econômicos, sociais e ambientais, se bem utilizada. Mal-orientado, o zoneamento serviu só para repasses de verbas incoerentes e duvidosas, principalmente nos Estados da Amazônia. Com estas verbas, a maioria dos Estados comprou veículos e equipamentos superfaturados, pagou pessoal e viagens. Resultados? Nenhum documento ou mapa novo, produtos reais, em qualquer Estado da região. Os repasses de verbas nunca foram ligados ao atingir de metas mensuráveis, mesmo porque a SAE jamais chegou a definir uma me-

todologia para o trabalho, e sua aplicação nem sequer foi devidamente monitorada. Os recursos continuaram saindo, sem resultados, chegando ao cúmulo de o IBGE receber US\$ 1 milhão desta secretaria a troco de nada.

Para coroar todo este processo, promove-se esta semana em Brasília apresentação ao novo secretário da SAE de um convênio — para realizar o zoneamento — firmado no governo passado entre a secretaria e duas ONGs: a Fundação Brasileira para o Desenvolvimento Sustentado (FBDS) e a Funcafe. A idéia é conseguir o aval do governo para pressionar politicamente o Banco Mundial, a fim de que este financie o zoneamento. Se isso ocorrer, será mais perda de tempo: esta instituição recusou financiar o convênio com base em vários pareceres técnicos negativos. O coordenador do zoneamento da SAE tem uma história profissional ligada à do diretor técnico da FBDS e seguem trabalhando juntos... O governo Fernando Henrique, no caso de dar o aval a este projeto, terá sérios problemas para fazer com que esta história malcontada desça goela abaixo da sociedade civil brasileira.

Diante do até agora fracasso da SAE nessa empreitada, o zoneamento passou a ser reivindicado na prática pelos Ministérios do Meio Ambiente, do Planejamento, do Desenvolvimento Regional. O próprio Banco Mundial vai migrando e alocando sua ação em vários ministérios. E todos — como a sociedade civil, pouco informada sobre este processo — aguardam uma definição. Quem responderá pelo zoneamento? Como ele será legitimado? Fatores fundamentais para que ele de fato possa vir a ser um instrumento de definições de políticas para a região. Um processo como este deveria ser consequência de uma visão estratégica, discutida com a sociedade e submetida ao Congresso para aprovação. O zoneamento condicionará os investimentos públicos e privados na região. Por isso mesmo

tem de ser feito às claras, pois se vier a ser um trabalho sério descontentará um pouco os mineradores, os agricultores, os índios, os industriais, os produtores de energia, as bancadas estaduais e por aí fora. O que se procura, o objetivo, é obter um compromisso entre o respeito aos limites e as fragilidades da região e a necessidade de não abandonar a exploração de seu potencial ou sua história.

O novo governo pode e deve colocar esse debate num novo patamar, evitando os erros e delitos dos antecessores. Na prática, a SAE está sendo sitiada. Se o governo federal prevaricar, sofrerá todo tipo de pressão. As iniciativas dos Estados indicam sua ausência de visão global estratégica sobre a região como um todo. Ao diminuir o Poder Nacional na Amazônia, crescem no vazio os demônios do narcotráfico, da criminalidade, dos conflitos sociais, dos crimes ambientais. A ausência de ação clara e transparente é a pior das opções. A cada ano a ordenação territorial se torna mais cara e complicada. A preocupação internacional aumenta quando vê conflitos como o do Peru e do Equador, quando ouve o novo presidente falar em recuperar a Transamazônica, quando vê as irregularidades no contrato do Sivam. O zoneamento, tanto para o público interno quanto para o público externo, é o documento que atestaria a seriedade do País no tratamento da região. Ele não existe! É tratado como assunto secreto, com decretos saindo na calada da noite, sem nenhuma preocupação em dar satisfações públicas aos setores da sociedade civil preocupados com a questão. Não podemos prosseguir com os equívocos (ou inexistência de critérios) metodológicos, a incompetência, a marcha lenta e os passos escusos da SAE em relação ao zoneamento. É tempo de o governo dar satisfações à sociedade civil.

■ Rodrigo Lara Mesquita, jornalista, é diretor da Agência Estado